

Ambiente. Medida provisória altera o texto original da presidente Dilma Rousseff; houve redução no nº de faixas de recuperação de áreas desmatadas ilegalmente às margens dos rios e, com isso, médios e grandes proprietários terão de recuperar áreas menores

Câmara aprova Código Florestal que beneficia grandes donos de terra



PLANETA

Denise Madueño / BRASÍLIA

A Câmara aprovou, ontem à noite, a medida provisória do Código Florestal, alterando o texto original enviado pela presidente Dilma Rousseff e beneficiando as médias e grandes propriedades rurais na exigência de recuperação da vegetação desmatada ilegalmente às margens dos rios.

Os deputados aprovaram a proposta que saiu da comissão especial do Congresso, contrariando a presidente. No mês passado, em bilhete endereçado às ministras Ideli Salvatti (Relações Institucionais) e Izabella Teixeira (Meio Ambiente), Dilma desautorizou o acordo que permitiu a aprovação da MP na comissão e alterou as faixas obrigatórias de recomposição, a regra chamada de “escadinha”.

Assim como fez com o projeto do Código Florestal aprovado anteriormente pelo Congresso, a presidente poderá vetar parte

do que foi aprovado ontem. “O governo não tem compromisso com o mérito, na medida em que não patrocinou o acordo na comissão”, afirmou o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), durante a votação.

O Senado deve votar a proposta na próxima semana. A MP perderá a validade no dia 8 de outubro, caso não seja votada até lá.

Para votar a MP, ontem, o governo não insistiu em recuperar o artigo que tratava da “escadinha”, como tentou o PV. “Se derrota houve, foi na comissão especial”, disse Chinaglia, referindo-se à mudança do texto original.

Os interlocutores do governo conseguiram isolar a parte mais radical da bancada ruralista, que condicionava a votação da MP ao compromisso da presidente de sancionar integralmente o texto aprovado na comissão.

“Figuras expressivas da frente parlamentar perceberam que o preço a ser pago com o fim da MP seria maior. As multas (para quem desmatou ilegalmente) repressadas seriam cobradas”, avaliou Chinaglia.

O presidente da Frente Parlamentar da Agricultura, deputado Homero Pereira (PSD-MT), anunciou o fim da obstrução no início da tarde. “Não dá para exigir isso (sanção integral do texto)”, disse Pereira. “Vamos fazer a nossa parte e votar. Depois, vamos tentar convencer a presidente a não vetar. Vamos explicar a ela que foi o acordo possível”, afirmou.

O PSD, um dos focos de obstrução, cedeu ao governo após uma reunião entre a ministra Ide-



Corrida contra o tempo. Deputado participam da votação do Código Florestal no plenário; MP perde validade em 8 de outubro

li e o líder do partido, Guilherme Campos (SP), na noite de anteontem. O DEM, comandado pelo deputado Ronaldo Caiado (GO), fez resistência na votação. Também integrante do grupo mais radical, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) contestou: “Dizem que, se não votarmos, será o fim do mundo. Queremos ver o fim do mundo. Va-

mos saber que bicho tem lá”.

Discórdia. O governo não concorda, principalmente, com a mudança feita pela comissão na “escadinha”. A regra fixada pelo governo estabelece faixas de recuperação das áreas desmatadas ilegalmente às margens dos rios proporcionalmente ao tamanho do imóvel rural. A lógica é que

propriedades maiores têm de recuperar áreas maiores. A comissão especial reduziu o número de faixas e, com isso, os médios e os grandes proprietários terão de recuperar áreas menores de vegetação que o previsto na MP da presidente.

A proposta da comissão permite, por exemplo, que imóveis de 15 módulos rurais recuperem

áreas semelhantes a uma propriedade com 4 módulos rurais.

Além disso, reduziu de 30 metros para 20 metros, no mínimo, a área de recuperação às margens de rios para imóveis acima de 15 módulos. Os 30 metros de recuperação constituíam a exigência mínima para imóveis acima de 10 módulos fiscais na MP original.

Desmate em áreas protegidas no Pará fica sem punição

Análise foi feita pelo Imazon, com base nos alertas que enviou para o MPF; em 76% dos casos não houve pena

Giovana Girardi

Autores de desmatamentos em áreas protegidas do Pará feitos entre 2007 e 2008 permanecem em sua maioria impunes após quatro anos. Dos 145 casos apresentados pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) para o Ministério Público Federal (MPF), 76% não foram punidos.

O levantamento foi feito pelo Imazon para checar o resultado dos esforços de uma parceria firmada com o MPF em 2007 a fim de agilizar a punição de desmatamentos em unidades de conser-

RANKING DO DESMATAMENTO

| ÁREA PROTEGIDA | TIPO | SUBSEÇÃO RESPONSÁVEL | TOTAL DE ALERTAS |
|-------------------------|------|----------------------|------------------|
| Floresta do Jamanxim | UC | Santarém | 58 |
| Xikrin do Cateté | TI | Marabá | 37 |
| Kayapó | TI | Marabá | 29 |
| Floresta de Carajás | UC | Marabá | 8 |
| Floresta de Altamira | UC | Santarém | 6 |
| APA do Tapajós | UC | Santarém | 6 |
| Apyterewa | TI | Marabá | 6 |
| Trincheira/Bacajá | TI | Marabá | 5 |
| Floresta de Itacaiúnas | UC | Marabá | 5 |
| Cachoeira Seca do Iriri | TI | Altamira | 4 |

vação e terras indígenas.

A ONG faz mensalmente um monitoramento, com imagens de satélite, da perda de cobertura florestal na Amazônia e envia alertas para os órgãos fiscalizadores, como Ibama e Secretaria do Meio Ambiente do Pará. Em 2007, começou a mandá-los ta-

ções também para o MPF, que se comprometeu a cobrar dos órgãos de fiscalização a verificação em campo e iniciar ações para punir os infratores. A parceria invertiu um processo que começava com os órgãos fiscalizadores. Só quando eles identificavam um desmatamento é que ele era reporta-

do à procuradoria.

Entre agosto de 2007 e setembro de 2008, a ONG detectou 182 quilômetros quadrados de desmatamentos em 22 áreas protegidas. Dez delas concentravam mais de 90% do corte (mais informações nesta página). Mas a estratégia não deu muito certo.

“Os 76% de casos que permaneciam sob investigação até o ano passado representavam 55% do desmatamento observado em áreas protegidas no período”, afirma a advogada Elis Araújo, que liderou a pesquisa.

Ao analisar com as subseções do MPF o porquê dessa demora, Elis e colegas ouviram que o maior obstáculo estava na falta ou na demora de fiscalização. “Ao acionarem os órgãos ambientais, recebiam a resposta de que faltava recurso ou pessoal ou que o efetivo estava, por exemplo, mais concentrado nos municípios prioritários, onde a taxa de desmate era mais alta.”

Importância. A identificação do desmatamento em campo é imprescindível para detectar se ele é legal ou ilegal. Apesar de em

várias categorias de UCs o nível de proteção ser integral – ou seja, não pode ter desmate –, há exceções. Em terras indígenas, por exemplo, é permitido algum manejo para as necessidades daquele povo; algumas florestas nacionais também têm concessão de mineração. Então é preciso checar se o corte visto no satélite se enquadra nesses casos ou não.

Em geral, porém, os órgãos ambientais se recusaram a sair a campo. A situação só não foi aceita na subseção do MPF de Marabá, que acabou entrando com uma ação pública contra os órgãos, forçando a fiscalização.

O procurador da República Bruno Valente, responsável pelo MPF do Pará, afirma que a atitude foi paliativa e não funcionaria para todo o Estado. “Não dá para

Soluções

ELIS ARAÚJO

PESQUISADORA DO IMAZON

“Além de focar a fiscalização, é preciso ter medidas preventivas, como apreender gado e madeira.”

fazer o órgão ambiental atender, porque a verdade é que o cobrador é pequeno, não tem mesmo gente para todos os pontos”, diz.

Para ele, a solução mais efetiva é investir na regularização fundiária do Estado. “O alerta do Imazon vem com as coordenadas geográficas, mas, como há poucos registros no Cadastro Ambiental Rural, não sabemos quem está naquele local. Por isso é preciso deslocar uma equipe. Se soubéssemos, ficaria mais fácil saber se é ilegal e agir.”

O resultado é preocupante, diz Elis, porque boa parte do combate ao desmatamento da Amazônia é amparada na capacidade do País de monitorar em tempo real o desmatamento. “Mas, se não temos capacidade de responder de forma rápida aos alertas, isso acaba estimulando a degradação.”

O Imazon sugere no relatório, que será divulgado hoje, que se foque nas áreas mais críticas, como a Floresta Nacional de Jamanxim, que segue como a área protegida com o maior desmatamento. Procurado pela reportagem, o Ibama não se manifestou.

Nasa encontra indícios de neve na superfície de Marte

- Agência afirma que encontrou provas definitivas da existência de nuvens de neve na atmosfera marciana

CALIFÓRNIA

Estudo divulgado ontem pela Nasa, a agência espacial americana, deu indícios de que haja neve na superfície de Marte. A atmosfera do planeta é formada por 95% de dióxido de carbono (CO₂), substância que congela a

uma temperatura de pelo menos -125°C.

A descoberta foi feita pelo satélite Mars Reconnaissance Orbiter (MRO), que detectou CO₂ em forma de flocos nas nuvens da atmosfera marciana.

A Nasa afirma que Marte é o único planeta no sistema solar que poderia apresentar esse tipo de precipitação. Paul Hayne, autor de um novo estudo divulgado no *Journal of Geophysical Research*, afirma que as nuvens são densas o suficiente para formar acúmulo de neve na superfície do planeta. “Ainda não está



Planeta frio. O robô Curiosity mediu temperatura de -132°C

claro se isso ocorre em forma de nevascas ou se o congelamento acontece no momento do contato com a superfície”, diz.

Outra evidência ocorre quando se muda a posição do instrumento. “Quando está apontando para o horizonte e não em direção ao chão, detectamos claramente partículas de dióxido de carbono. Observando dessa maneira, distinguimos partículas na atmosfera e gelo congelado na superfície”, diz David Kass, o coautor do estudo.

Recentemente, o robô Curiosity, que está em missão não tri-

pulada na superfície do planeta vermelho, registrou temperaturas de até -132°C.

A Nasa afirma que as nevascas ocorreriam com mais vigor durante o inverno no polo sul do planeta. Lá, as temperaturas chegam a -250°C. / AP e EFE

CORREÇÃO

Diferentemente do publicado na edição de sábado, na reportagem *Apenas 15% dos professores no ensino superior pago do País são doutores*, à pág. A24, José Roberto Covac é diretor jurídico do Semesp.